

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos



INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

INDIOS Y QUILOMBOLAS EM EL PLANTEAMIENTO GEOGRÁFICO DE SAVANA BRASILEÑA EN EDUCACIÓN BÁSICA EM GOIÁS POR LAS LEYES 10639/2003 Y 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos – IESA/UFG – Goiânia – Goiás – Brasil
analucia.jls@gmail.com

RESUMO:

Este artigo tenciona discutir a implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2006 a partir dos conteúdos que abordam Cerrado e formação etnicorracial goianiense que constam no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás. Trazemos a discussão da formulação do currículo como diretriz para educação que pode engessar a ação do/a professor/a, mas que a atividade docente pode propor outras abordagens, que se aproximam da realidade das/os estudantes a partir das especificidades. Neste caso, abordaremos o currículo oculto, em atenção às citadas leis, para tratar dos povos indígenas e quilombolas de Goiás, conteúdo que não vem explicitado no currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Cerrado; povos quilombolas; povos indígenas; currículo oculto.

RESUMEN:

En este artículo se propone discutir la aplicación de las Leyes 10639/2003 y 11645/2006 a partir de los contenidos que abordan savana brasileña y formación de la gente de Goiás, contenido en Currículo Red de Educación del Estado de Goiás. Con lo que la formulación del plan de estudios como una guía para la educación que pueden reprimir la acción del profesor, pero la actividad docente podrá proponer otros enfoques que se aproxima a la realidad de las/los estudiantes por las peculiaridades. Eneste caso, vamos a discutir el currículo oculto, en consideración de las leyes citadas para discutir sobre los pueblos indígenas y quilombos de Goiás, contenidos que no están explícitamente en el plan de estudios.

PALABRAS CLAVE: savana brasileña; quilombos; pueblos indígenas; currículo oculto.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

INTRODUÇÃO

O desejo de desenvolver este artigo surgiu a partir da atividade docente em uma escola pública da periferia de Goiânia, observando o pertencimento racial de minhas alunas e alunos e percebendo que a maioria dos estudantes era negra, sempre ouvia piadas e risos fundados na questão racial. No desejo de desconstruir esta visão estereotipada do outro e de si por parte dos estudantes, surge o conteúdo de Cerrado e a dinâmica socioespacial do Estado de Goiás, aproximando do currículo oculto. Decidi então abordar este conteúdo partindo dos povos indígenas, negros e quilombolas, trazendo um panorama atual. O intuito era repensar e desconstruir as representações que havia observado anteriormente. Ao abordar o conteúdo me deparei com uma enxurrada de estereótipos, de visões preconceituosas e eurocentradas.

Por alguns momentos na docência, confesso que pensei em desistir, porém continuei, acredito que mesmo que eu não tenha alcançado todas as pessoas, alguém repensou suas atitudes a partir dos conteúdos explicitados.

O termo “cultura” surge nas sociedades europeias no período das grandes navegações no intuito de mensurar o desenvolvimento dos povos a partir do modo de vida europeu, o que faz deste termo excludente, mesmo que atualmente haja diferenciação na forma de uso. Quando trazemos a questão das culturas e povos quilombolas e indígenas para a sala de aula já se tem um imaginário social delineia. Isso se dá pela forma que esses grupos foram representados por décadas ou séculos de maneira negativa ou estereotipada. A luta desses povos por outra representação reverbera na educação na forma das leis 10639/2003 e 11645/ 2006 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo o ensino da história e cultura afro brasileira, africana e indígena no currículo escolar.

Em atenção às leis e no intuito de problematizar e propor conteúdos centrados no Cerrado goiano a partir da formação etnicorracial (para o nosso artigo indígenas e quilombolas), traremos a discussão da formulação do Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, a forma com que se apresenta os conteúdos de Cerrado, as abordagens dos povos indígenas e quilombolas de Goiás no currículo para depois

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos
iniciarmos a compreensão de como poderíamos utilizar este momento do conteúdo de cerrado para mais um passo na implementação das leis aqui abordadas.

É inegável a forma com que a geografia dos Povos Tradicionais de Goiás influenciou na formação do povo e território Goiano, por isso traremos uma breve explanação do processo de espacialização e territorialização dos Povos Quilombolas e Indígenas para compreendermos a geografia de Goiás a partir deles. Goiás tem formação territorial ligada a atividades econômicas, assim como todo Brasil, quando acompanhamos historicamente essas atividades conseguimos visualizar a reocupação do território goiano, porém não podemos desligar os sujeitos desse processo e tratá-los de maneira abstrata como agentes, nesse processo. Se tivermos em vista os sujeitos que acompanham essas atividades, o nosso imaginário ficaria repleto dos grupos indígenas e negros escravizados. Por isso propomos para esse artigo a tentativa de uma outra visão dos povos Quilombolas e Indígenas do Cerrado goiano.

CURRÍCULO REFERÊNCIA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Existe forte debate acerca da ideia da sistematização e padronização dos conteúdos da educação básica, que ocorre por meio dos Currículos Referência Estaduais e as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Alguns/umas defendem que essa sistematização serve como instrumento pedagógico para orientar aspectos que não podem se ausentar no processo ensino aprendizagem, além de trazer conteúdo programático por bimestre, assim se a/o aluna/o necessitar se transferir irá acompanhar o mesmo conteúdo em outra escola do estado. Porém o caráter obrigatório que estes documentos apresentam acaba por engessar a ação das/os professoras/es e despertam ideias contrárias como salienta Batista et al (2015, p. 20) em pesquisa acerca da opinião dos educadores sobre o PCN “É um mecanismo de homogeneização/ padronização que reproduz a exclusão social e escolar - impõe identidades”.

Vale salientar que a elaboração dos PCN's não é uma decisão baseada em pura necessidade nacional, como ressalta Macedo (2014, p. 1533):

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Vivia-se, em meados da década de 1990, o auge da definição de políticas educacionais nacionais marcadas por intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores. Segundo Ball (1994), este era o tripé característico das reformas de cunho neoliberal dos anos 1990. Tais reformas, embora com características muito diversas em função da história dos diferentes países, surgiam na Europa, nos Estados Unidos e também na América Latina, aí seguindo políticas propostas pelo Banco Mundial. No Brasil, além dos parâmetros curriculares nacionais, em 1997, foram construídas matrizes de referência para a avaliação iniciada no começo da década.

O momento de surgimento dos PCN's reverbera no ensino “para o cumprimento de sua formação plena, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, conforme Carta Magna Brasileira” (GOIÁS, 2012, p. 9). Porém na reformulação desses parâmetros cabe a nós que discutimos um modelo de educação crítica acrescentarmos a estes outros conteúdos e outras ideologias, alguns dos quais demandados por grupos e questões sociais. Como exemplo disso temos as Leis 10639/2003 e 11645/2006 que abordamos neste trabalho.

Na educação de Goiás isso ocorre pelo Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, que organiza o conteúdo em bimestralização, o documento acompanha cinco campos que são: série, da primeira série do ensino fundamental à terceira série do ensino médio; bimestre, do primeiro ao quarto de cada série; expectativa de aprendizagem são elencadas as habilidades a serem desenvolvidas em cada bimestre; eixo temático como exemplo, para a geografia são três, social, cartográfico e físico territorial; e o último campo, conteúdo, onde se apresenta o que será trabalhado a cada bimestre (GOIÁS, 2012)

Inicia-se a elaboração do Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás em outubro e novembro de 2011, que teve a participação de professores/as na formulação e planejamento. Em 2012, cerca de quatro mil professores avaliaram e replanejaram os conteúdos do documento. Em outubro do mesmo ano divulgou-se a versão preliminar do documento, em novembro e dezembro, a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, revisou a versão preliminar e expôs a versão final do documento.

O Currículo Referência de Geografia, propõe, segundo o texto de apresentação do documento,

reflexões sobre a Ciência Geográfica e sobre o ensino atual de Geografia, destacando a sua importância para a formação/transformação dos estudantes, além de orientar os professores quanto às categorias de análise, conteúdos

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos
importantes no processo de ensino e aprendizagem para a construção do conhecimento, e compreensão do objeto de estudo – o Espaço Geográfico (GOIÁS, 2012, p. 171)

O documento aponta também a “importância do desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita com os estudantes para a ampliação, aprofundamento e domínio de conceitos que possibilitam a intermediação com a realidade, com a cultura do adolescente, com a escola e para além da escola” (Idem).

Vale ressaltar que mesmo que o Currículo acabe por ter caráter obrigatório, o currículo oculto é construído no cotidiano escolar e se atenta às múltiplas dimensões que podem ser culturais, políticas, sociais, raciais entre outras. Cabe a escola e às/aos professoras/es em sua atividade docente adequar as diretrizes do Currículo Referência à realidade escolar levando em conta as dimensões do currículo.

CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA RELACIONADOS AO TEMA CERRADO NO CURRÍCULO DE GOIÁS

Compreendendo que os conteúdos do Currículo Referência foram propostos pelos professores da rede estadual, encontramos algumas especificidades de conteúdo a serem abordados, tendo em vista que seja interessante que o ensino se apoie no cotidiano, na vivência e no espaço experiência do pela/o aluna/o, como aborda Cavalcanti (2010, p. 03) em um dos seus escritos:

Para a definição do que ensinar, para que ensinar, para quem ensinar, o professor tem múltiplas referências, entre as quais as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto da Geografia acadêmica quanto da Didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar, já estruturada pela escola ao longo do tempo. Portanto, ensinar conteúdos geográficos, com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar, com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados para os alunos.

Acreditamos que abordar cerrado nessa perspectiva se torna bastante importante para o ensino de geografia, não apenas como bioma constituído por diferentes paisagens naturais ou receptáculo de população, mas como um local de diversas culturas, diversos sujeitos, atores sociais, grupos, territorialidades e vivências, local de disputas e intensa dinâmica socioespacial. Abordar “os Cerrados” é necessário compreendendo que

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Camponeses, povos indígenas, quilombolas, empresários agrícolas, pecuaristas, trabalhadores informais de variadas estirpes, pesquisadores e outra soma igualmente grande de identidades constroem a sua vida em ambientes de Cerrado, utilizam-no, geram pressões e estabelecem conflitos em sua apropriação. (...) Desse modo, tão importante quanto ver a lógica do desmatamento a partir da ocupação e da posição dos vários “territórios cerradeiros” é tecer uma compreensão de sua dinâmica territorial. (PELÁ e CASTILHO, 2010, p. 11)

Dos conteúdos que encontramos referentes ao cerrado, organizamos nos quadros 1 e 2 (abaixo). Da discussão que pretendemos desenvolver a perspectiva do ensino-aprendizagem do Cerrado, não podemos excluir a necessidade de conhecer as características físico-naturais de onde vivemos, porém sem deixarmos de salientar o social desenvolvido nos locais de vivência e fazer isso de forma articulada. O Currículo de Geografia oferece esta possibilidade como expectativa de aprendizagem. Nos quadros expostos temos os dois momentos que aparece no currículo de Geografia os conteúdos referentes ao cerrado, são no sétimo ano do ensino fundamental (quadro 1) e terceiro ano do ensino médio (quadro 2), ambos no terceiro bimestre.

Quadro 1- Goiás- Conteúdo programático Geografia 7º ano Ensino Fundamental.

7º ANO/ENSINO FUNDAMENTAL			
	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS
3º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolver noções básicas sobre vegetação, clima, hidrografia, relevo e solos. • reconhecer as diferentes formações vegetais no Brasil e em Goiás. • diferenciar fatores e elementos climáticos, e clima de tempo. • identificar os diferentes tipos de clima no Brasil e caracterizar o clima predominante no Estado de Goiás. • ler /interpretar e elaborar tabelas e gráficos (climogramas) sobre o clima e as condições do tempo atmosférico em diferentes localidades do Brasil e fazer correlações entre eles. • perceber as relações entre solo, relevo, vegetação, hidrografia e clima na formação das paisagens naturais do Brasil. 	Social – Cartográfico – Físico territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Vegetação, Clima, Hidrografia, Relevo e Solos do Brasil. • Domínios Morfoclimáticos, Ecossistemas.

Fonte: Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, 2012.

Quadro 2- Goiás-Conteúdo programático Geografia -3º ano do Ensino Médio.

3ª SÉRIE/ENSINO MÉDIO			
	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

3º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> • A dinâmica socioespacial do Estado de Goiás. • Formação e ocupação do território goiano. • Caracterização física do Estado de Goiás. • O cerrado. • A dinâmica socioespacial do estado de Goiás. • Contexto Econômico e Cultural brasileiro e goiano. • Agroindústria, extrativismo, turismo em Goiás. • os reflexos produzidos no estado de Goiás com a construção de Brasília. • Aspectos geográficos e históricos do município onde a escola se localiza. • identificar as principais características naturais, sociais, culturais e econômicas do estado de Goiás, compreendendo-o como parte integrante do espaço brasileiro, e as diferenças entre Goiás e as demais unidades da Federação. • perceber as transformações nos espaços urbanos e rurais, e a diferença do ritmo destas transformações nestes espaços. • identificar a diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual, de gênero e de classe na sociedade goiana. • identificar em mapa os polos de concentração das agroindústrias no Estado de Goiás. • analisar o processo de uso e ocupação do solo e as consequências das monoculturas em seus municípios. • compreender as transformações sociais, econômicas e ambientais decorrentes do processo de uso e ocupação do território goiano. • entender o processo histórico de uso/ocupação e formação do território goiano e as transformações ocorridas com a transferência da capital federal, sua localização e influência geopolítica para o estado de Goiás. 	Social – Cartográfico – Físico territorial	<ul style="list-style-type: none"> • A dinâmica socioespacial do Estado de Goiás. • Formação e ocupação do território goiano. • Caracterização física do Estado de Goiás. • O cerrado. • A dinâmica socioespacial do estado de Goiás. • Contexto Econômico e Cultural brasileiro e goiano. • Agroindústria, extrativismo, turismo em Goiás. • os reflexos produzidos no estado de Goiás com a construção de Brasília. • Aspectos geográficos e históricos do município onde a escola se localiza.
	<ul style="list-style-type: none"> • localizar sua cidade, seu município em mapa, e percebê-lo com parte integrante do espaço goiano, brasileiro, identificando as características físico naturais, histórico-culturais, econômicas, sociais e seus usos potenciais. 		

Fonte: Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, 2012.

Nas expectativas de aprendizagem podemos perceber qual abordagem para os conteúdos explicitados. No sétimo ano do ensino fundamental temos vegetação, clima, hidrografia, relevo e solos do Brasil, domínios morfoclimáticos e ecossistemas como conteúdos programáticos. Como expectativa de aprendizagem temos o ponto específico que solicita o enfoque do cerrado: Relacionar causas e consequências da degradação dos ecossistemas brasileiros e refletir sobre as alterações no cerrado goiano. Este conteúdo está relacionado à dimensão biológica do cerrado, como o estudo da natureza, porém

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos percebemos que se exige uma análise integrada de natureza-ser humano. Isso fica explícito nas expectativas de aprendizagem com as correlações que se espera para o uso dos solos e ocupação humana e a degradação ambiental pela ação dos seres humanos.

No quadro 2 encontramos os parâmetros curriculares para o terceiro bimestre do terceiro ano do ensino médio, dos conteúdos temos: A dinâmica socioespacial do Estado de Goiás; formação e ocupação do território goiano; caracterização física do Estado de Goiás; o cerrado; a dinâmica socioespacial do estado de Goiás; contexto econômico e cultural brasileiro e goiano; agroindústria, extrativismo, turismo em Goiás; os reflexos produzidos no estado de Goiás com a construção de Brasília; aspectos geográficos e históricos do município onde a escola se localiza. É principalmente nesta parte da divisão do conteúdo que encontramos as especificidades do currículo, ou seja, o aprofundamento no conteúdo que aborda o território goiano e é também onde se abre possibilidade de se trabalhar com o que pretendemos para este artigo abordar no ensino básico os territórios quilombolas e indígenas como parte integrante e importante na formação do território goianiense e outros momentos para este enfoque, mesmo que analisando o conteúdo do currículo de geografia tenhamos encontrado o conteúdo programático para esta abordagem.

CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA DO CURRÍCULO ESTADUAL QUE ABORDAM OS TEMAS RELACIONADOS AOS POVOS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

Os conteúdos de cerrado para o ensino de geografia expostos no Currículo Referência não trazem explicitados como os povos tradicionais possibilidade de discussão do uso e ocupação do cerrado e formação do território goiano, porém em outro momento os conteúdos do Currículo de Geografia abordam os povos quilombolas e indígenas do Estado de Goiás, como observamos no quadro 3:

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Quadro 3- Goiás- Conteúdo programático Geografia- 5º ano Ensino Fundamental.

5º ANO/ENSINO FUNDAMENTAL			
	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS	CONTEÚDOS
1º BIMESTRE	<ul style="list-style-type: none"> • identificar relações econômicas, culturais, sociais entre os Estados. • identificar como é composta a população brasileira. • reconhecer a importância da miscigenação e da diversidade cultural no Brasil. • reconhecer a organização política e administrativa estadual. • localizar a distribuição atual da população no território brasileiro. • relacionar a organização do espaço à oferta de trabalho. • relacionar semelhanças e diferenças entre a pecuária dos tempos de colonização e atualmente • identificar os elementos de origem animal do município e a produção do Estado. • identificar a matéria – prima dos produtos industrializados. • identificar os tipos de trabalho nas diferentes atividades econômicas. • localizar diferentes objetos através dos pontos cardeais e colaterais. • Localizar o Estado de Goiás no mapa do Brasil. • identificar vizinhos do Estado em que mora no mapa do Brasil. • relacionar os processos de urbanização e industrialização do Estado, na leitura de mapas e gráficos • localizar os principais centros de povoamento do Estado no mapa. • localizar terras indígenas e remanescentes de quilombo no Estado. • relacionar o clima às atividades humanas exercidas no Estado. • identificar os produtos agrícolas cultivados no Estado. • relacionar diferenças e semelhanças da agricultura do século XIX e século XX. • identificar as transformações espaço /temporais na paisagem. • reconhecer a importância do conhecimento tecnológico no desenvolvimento das atividades econômicas e na modificação das paisagens. 	<ul style="list-style-type: none"> Social – Cartográfico – Físico territorial 	<ul style="list-style-type: none"> Cultura e diversidade. • Relações de poder. • Trabalho e sociedade. • Consumo e sociedade. • Leitura cartográfica. • Cartografia e representação. • Localização. • Evolução tecnológica e ambiência. • Ocupação e ambiente. • Aspectos físicos da paisagem. • Natureza e degradação ambiental.

Fonte: Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, 2012.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

A abordagem dos povos indígenas e quilombolas de Goiás aparece como expectativa de aprendizagem, especificamente “localizar terras indígenas e remanescentes de quilombo no Estado”, a partir dos conteúdos de cultura e diversidade, relações de poder, trabalho e sociedade, consumo e sociedade, leitura cartográfica, cartografia e representação, localização, evolução tecnológica e ambiência, ocupação e ambiente, aspectos físicos da paisagem e natureza e degradação ambiental.

Se nos atentarmos apenas ao que o Currículo referência propõe, a importância em todo conteúdo de geografia dada aos territórios quilombolas e indígenas é apenas de localização. Continuamos então tendo uma visão abstrata da existência dos povos tradicionais, o que não cumpre o expedido pelas Leis 10639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira e africana e 11645/2006 que torna obrigatória a inclusão dos povos indígenas no ensino.

AS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

A luta dos povos, que foram segregados durante o processo de formação, do povo e do território brasileiro (para este trabalho trataremos a população negra e indígena em atenção às leis 10639/2003 e 11645/2006) tem caráter de anseio de reconhecimento no processo de formação do território e do povo brasileiro e serem vistos e representados de forma não estereotipada. Isso reverbera na educação tendo em vista que a escola é também local de construção de subjetividades a partir de ideologias. Ainda temos um ensino eurocêntrico fruto de uma sociedade colonizada por povos europeus, porém com formação inicial diversa, o que culminou em população diversificada por raça/cor/etnia.

Nas características étnico-raciais dos brasileiros por declaração que consta no censo de 2010, observamos 47,7% declarados brancos, 7,6% pretos e 43,1% pardos. Sendo a população preta e parda maioria no Brasil (50,7%) (IBGE, 2010), essa soma é equivalente à categoria social “negro”. Em dados mais atuais, de 2012, temos 896,9 mil indígenas no Brasil. Esses números expressam a necessidade de conhecermos a formação etnicorracial brasileira, compreender os processos que levam a esta complexidade e como isso se dá atualmente.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

As Leis 10639/2003 e 11645/2006 alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluem o ensino da história e cultura de afro-brasileiros, africanos e indígenas na educação básica. Em outra discussão (SANTOS, 2015) trazemos a questão da formação para implementação das leis, haja vista que se torna necessário o estudo dessas questões na formação inicial e na formação continuada para que haja possibilidade de implementação das citadas leis que são conquistas históricas de grupos que viveram subalternizados por uma visão hegemônica e ideológica de educação, representados sempre como exóticos e escravizados nos materiais didáticos, crítica que podemos acompanhar em diversos trabalhos (SILVA, 2011; TEIXEIRA, 2009; JESUS, 2012; MARINO, 2006; MONTEIRO, 2010; MOTA e RODRIGUES, 1999 entre outros)

A GEOGRAFIA DOS POVOS TRADICIONAIS DE GOIÁS NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

A Geografia do Cerrado não pode estar descolada dos processos históricos de formação da sociedade goiana e da ocupação do cerrado e isso também para a educação básica. Porém conhecer a geografia dos povos tradicionais não é apenas compreender o processo histórico, é também abranger a entendimento do território a partir da constituição, vivência e resistência de cada um desses grupos humanos que “costuma ser agrupado sob diversas categorias – ‘populações’, ‘comunidades’, ‘povos’, ‘sociedades’, ‘culturas’ – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: ‘tradicionais’, ‘autóctones’, ‘rurais’, ‘locais’, ‘residentes’”(LITTLE, 2002, p. 03). Para este trabalho trazemos denominações específicas, os Indígenas de e Quilombolas em Goiás

O (re)povoamento do Brasil se deu de forma excludente e desigual, apesar de muitos defenderem e até difundirem a ideia de que o país é uma verdadeira democracia racial. Na escola isso é bastante vigente, a discussão da formação do povo brasileiro na educação básica acaba por trazer uma visão romântica e pouco prática para própria vivência das/os alunas/os que viverão na pele (de forma diferenciada) essa experiência racial.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Darcy Ribeiro, entre outros inúmeros teóricos, discute essa questão, trazendo a discussão racial na formação do povo brasileiro, esse processo seria assimilação ou segregação? “A análise

do crescimento da população brasileira e de sua composição segundo a cor é altamente expressiva das condições de opressão que o branco dominador impôs aos outros componentes” (RIBEIRO, 2006). Essa situação de opressão culmina desde o início da colonização na “terra dos males sem fim”,

feliz expressão de Mário Maestri para aludir, na verdade, à trágica situação das populações nativas do litoral luso-americano no século XVI, sobretudo a partir dos anos 1530, quando nosso "rei colonizador", d. João III, optou por explorar e povoar o território brasileiro. (VAINFAS, 1995, p. 46)

Os povos indígenas que compunham a população das Américas, em mais de 500 anos foram reduzidos, até pouco tempo, a componentes da história do que se passou principalmente na educação escolar,

De qualquer forma, tremenda disparidade entre o montante populacional do momento de ocupação europeia da América e a atualidade, promovida ao longo do processo histórico de ocupação do continente através da disseminação de doenças e apropriação de territórios e submissão genocida e etnocida das populações originais, alimentou-se até a década de 1970 a crença no desaparecimento irresistível desses povos (ARRUDA, 2000, p. 59).

Temos após a década de 1970 uma fervorosa discussão acerca dos povos indígenas, do que é ser indígena, a ocupação das terras, desapropriação, demarcação (...) nas discussões acerca dos povos indígenas sempre entra em voga a questão territorial, que “vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial”(LITTLE, 2002, p. 03).

Goiás não foge à regra, tinha-se o ideal de conquistas que o momento histórico das entradas e bandeiras pregava, conquista não só territorial, mas conquista de povos indígenas para serem escravizados, isso se deu em vários momentos, como observa Ravagnane (1989, p. 112)

Antes da descoberta do ouro eram escravizadas pelas entradas e bandeiras que circulavam pela província. Depois, foram expulsas da área que em pouco tempo se povoou de estranhos invasores. Na fase áurea da mineração os

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos
colonizadores estavam preocupados com a extração do ouro. Dos indígenas queriam distância para não serem incomodados e porque não precisavam de sua força de trabalho. Depois de 1750, quando não encontraram mais minas, novas bandeiras e entradas foram organizadas para sua procura. E novamente os indígenas foram perturbados nos locais onde haviam se refugiado. Disputava-se agora o território: os índios, para moradia; os brancos, para vasculhá-lo à procura de ouro.

Mesmo os momentos de exploração sendo diversos, isso não ocorreu em um tempo longo, da

descoberta do ouro em 1725 e o início do povoamento dois anos após mudaram drasticamente o panorama da região que veio a se chamar, depois de 1749, província de Goiás. Em vinte e cinco anos, isto é, até 1750, dezenas de arraiais e vilas tinham surgido e a população atingia trinta mil habitantes, dos quais dez mil eram mineradores. Caracterizava a situação a rapidez com que apareciam e cresciam os povoados em torno das minas e a heterogeneidade dos habitantes, atraídos das mais distantes paragens [...] as populações indígenas que durante séculos habitavam o local foram violentamente envolvidas. (Idem)

Não só a população indígena foi envolvida neste processo, a heterogeneidade de habitantes citada pelo autor traz à tona a exploração de mão de obra negra escravizada naquele no momento histórico da formação do território goianiense, para tratar desse tema vale trazer os escritos de Martiniano José da Silva (1974, 1998), Mary Karasch (1996) e Luís Palacin (1994), que discutem a importância da população negra escravizada na formação do território e povo [sociedade] goiano e como os quilombos estão inseridos neste processo. Um fato importante que Karasch traz é como o anseio pela liberdade por arte dos povos escravizados reverbera na ocupação mais intensa do território goiano a partir da busca de novas fontes de auríferas no momento de descanso na tentativa de adquirir a carta de alforria. Destacamos também as reflexões de Silva (1974, p. 280) para salientarmos a relação dos quilombos na formação do povo e do território goiano, compreendendo que

a história oficial dos quilombos de Goiás pode ter começado com fundamento nas mais variadas formas de sentimentos dos escravos diante da pressão do sistema, [...] assinalando-se que já no século XVII, além dos escravos indígenas, é provável que escravos negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, **percorrendo a “rota do sertão”, com destino ao norte e nordeste de Goiás**, deixando suas tradições locais, embora, como já mencionado, os quilombos só possam ser identificados, em grande parte, a partir do século XVIII (grifo nosso)

O território goiano, por sua (re)ocupação posterior ao litoral brasileiro se torna local de resistência para os povos escravizados, não só na região central do país, mas

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos também de grandes centros que se desenvolviam no século XVIII. O autor salienta a principal localização dos quilombos no norte e nordeste goiano, porém é principalmente no nordeste goiano que essas relações se perpetuam. Podemos relacionar com a existência da porcentagem da população autodeclarada negra nessa região nordeste do estado que somava em 2010 62,74% pardos e 19,43% pretos, totalizando 82,12% da população (IBGE, 2010)

A escola não é uma instituição descolada da sociedade. Um processo de ensino-aprendizagem que trate de questões que irão reverberar na vivência nada mais é do que humanizar a educação. A experiência escolar pode estar ligada à educação para o trabalho, como prega a Carta Magna, ou podemos fazer mais, podemos desenvolver junto à/aos estudantes criticidade e educação para vida.

POVOS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS DE GOIÁS

O surgimento dos quilombos ocorre de diversas formas, a ideia fuga e abrigo foi substituída pela ideia de resistência, pela possibilidade de se manter físico, cultural e socialmente. Em 2006, 118 anos após a abolição da escravatura temos 33 territórios quilombolas registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013) apenas em Goiás, 131 no Centro-Oeste e 2.847 no Brasil¹.

Obviamente, esses territórios não resistem pela fuga da escravatura, porém resistem como prática identidade e cidadania, sendo que essa identidade “traduz-se sobre o território por discurso sobre diferença. O território próprio ao grupo é concebido como um terreno onde as regras que fundam uma identidade gozam absoluta e indescritível validade” (GOMES, 2002, p. 180),

[...] no contexto de um grupo étnico são as pessoas que pertencem ao grupo social e ao território, e não o contrário, como ocorre em nossa sociedade, onde a terra pertence aos seus donos. Ser membro de um grupo étnico é se submeter a uma série de regras sociais estabelecidas pela tradição e perpetuadas geração após geração. E isso ocorre, a despeito das pessoas manterem sua autonomia enquanto indivíduo e dessas regras tradicionais se alterarem ao longo do tempo. Ou seja, tradição não é submissão e nem estagnação absoluta (INCRA, 2015, p. 11)

¹ De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Tal caracterização deve ser atestada mediante autodefinição da própria comunidade. (INCRA, 2013)

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Da distribuição dos povos quilombolas pelo território goiano temos 29 comunidades entre quilombos urbanos e rurais titulados pelo INCRA:

Quadro 4- Goiás- Distribuição dos territórios quilombolas por município.

Município	Comunidade	Data Titulação	Da
Aparecida De Goiânia	Jardim Cascata	02/03/2007	
Barro Alto	Fazenda Santo Antônio Da Laguna	13/12/2006	
Barro Alto/ Santa Rita Do Novo Destino	Tomás Cardoso	04/08/2008	
Campos Belos	Brejão	13/03/2007	
Campos Belos	Taquarussu	13/03/2007	
Cavalcante/ Monte Alegre De Goiás/ Teresina De Goiás	Kalunga	19/04/2005	
Cidade Ocidental/ Brasília	Mesquita	07/06/2006	
Colinas Do Sul	José De Coletto	05/05/2009	
Cristalina	Inocêncio Pereira De Oliveira	24/03/2010	
Cromínia	Nossa Senhora Aparecida	07/06/2006	
Flores De Goiás	Flores Velha	18/03/2014	
Iaciara	Extrema	18/03/2014	
Iaciara	Povoado Levantado	19/09/2013	
Iaciara/ Posse	Baco Pari	07/06/2006	
Mimoso De Goiás	Mimoso De Goiás	19/09/2013	
Minaçu	Minaçu	12/05/2006	
Mineiros	Buracão	13/12/2006	
Mineiros	Cedro	08/06/2005	
Monte Alegre De Goiás	Pelotas	28/07/2006	
Niquelândia	Rufino Francisco	24/09/2014	
Nova Roma	Quilombola Do Magalhães	04/06/2004	
Padre Bernardo	Sumidouro	19/09/2013	
Santa Rita Do Novo Destino	Pombal	19/04/2005	
Santa Rita Do Novo Destino	Balbino Dos Santos	24/09/2014	
São João D Aliança	Forte	05/03/2008	
São Luíz Do Norte	Porto Leucádio	20/01/2006	
Silvânia	Almeidas	25/05/2005	
Trindade	Vó Rita	05/05/2009	
Uruaçu	João Borges Vieira	05/05/2009	

Fonte: INCRA/IBGE, 2015.

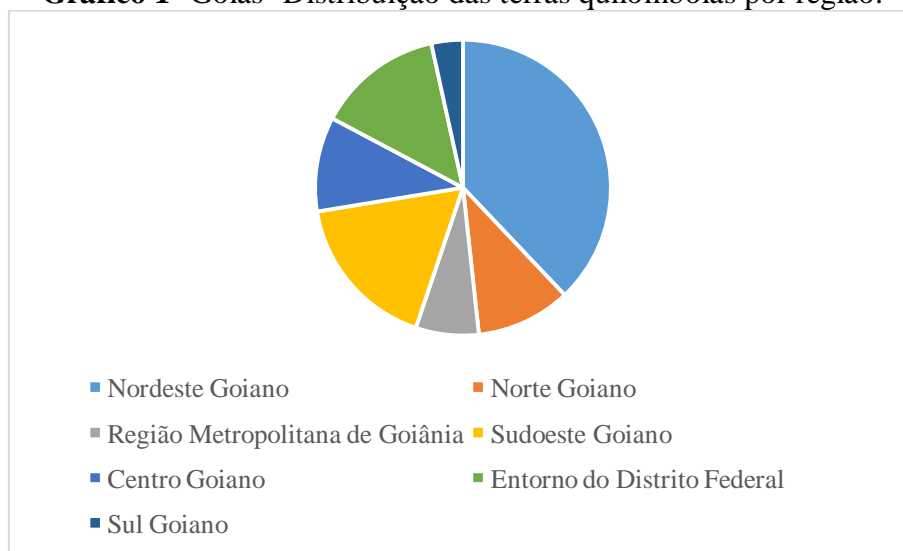
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Observamos que a maioria das terras quilombolas certificadas pelo INCRA estão localizadas no nordeste goiano, o que reafirma o a discussão de Silva (1974), apontada acima, sobre a localização dos quilombos em Goiás. Além disso, é nessa região que se encontra o Território Kalunga, que é o maior do país, possuindo área de 272 mil hectares (INCRA, 2015)

Da distribuição por microrregiões do IBGE temos o seguinte panorama:

Gráfico 1- Goiás- Distribuição das terras quilombolas por região.



Fonte: INCRA/IBGE, 2015.

A resistência dos povos indígenas não ocorre de maneira diferente. É histórica e indenitária e vem se fortalecendo, percebemos isso nos dados de auto declaração dos Censos demográficos, de 1991 a 2000 o a população autodeclarada passa de 294 mil para 734 mil respectivamente, no senso de 2010 este número é de 897 mil (IBGE, 2010)

Quadro 5- Goiás- Povos indígenas por município- situação territorial

TERRA INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Avá-Canoeiro	Ava-Canoeiro	Colinas do Sul, Minaçu	38.000,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Carretão	Tapuia	Nova América, Rubiataba	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Carretão I	Tapuia	Nova América,	1.666,45	Regularizada	Tradicionalmente

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

		Rubiataba			ocupada
Carretão II	Tapuia	Nova América	77,5043	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Karajá de Aruanã I	Karajá	Aruanã	14,2569	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Karajá de Aruanã III	Karajá	Aruanã	705,1748	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

As terras indígenas em Goiás, das classificações de modalidades constantes na Lei 6001/73, (Estatuto do Índio, Decreto n. °1775/96) são todas terras indígenas tradicionalmente ocupadas, ou seja, são de direito originário dos povos habitantes, mesmo que para isso ainda seja necessário processo de demarcação, como observamos na tabela, as terras Avá-Canoeiro e Carretão se encontram em situação de declaração e estudo respectivamente.

A população indígena não vive apenas nas terras demarcadas uma parcela vive nas cidades ou no campo, ser indígena vai além de habitar território demarcado. Para a educação básica esta discussão se faz necessária pois a visão dos povos indígenas disseminada no material didático e pelas mídias de comunicação é extremamente estereotipada e preconceituosa, segue mesma representação descrita por Costa e Ratts (2014, p. 203) das cartas de navegação e mapas históricos, “uma representação que fica entre o exótico e o idílico”. A voz do colonizador que inferiorizou as culturas e modos de vida indígenas ainda reverbera, e de forma gritante na educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação escolar, assim como na ciência, não existe possibilidade de neutralidade na ação e na abordagem dos conteúdos. Até mesmo se não houver movimento, modificação no ensino-aprendizagem, estaríamos sendo ideológicos, pois a partir dessa suporta neutralidade estamos mantendo um sistema já existente.

Na ação, em sala de aula, podemos desenvolver nosso currículo oculto, este abordando as dimensões culturais, sociais, raciais, de gênero e outros marcadores sociais que irão definir nossa ação para cada aluna ou aluno/turma/escola/setor/cidade/país. É no currículo oculto que construímos as especificidades, as particularidades e podemos nos atentar a ações pontuais a partir dos sujeitos.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Para o estado de Goiás temos o Currículo de referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, que possibilita a partir dos conteúdos que abordam Cerrado e formação do território goianiense, entre outros momentos, que acessemos o currículo oculto e desenvolvamos um ensino voltado à questão indígena e quilombola no estado. Essa discussão se torna importante a partir do momento que a Geografia do Cerrado e dos povos Cerradeiros não pode estar descolada dos processos históricos de formação do povo goiano e da ocupação do cerrado.

Trazer o panorama atual da população quilombola e indígena para a educação básica pode contribuir para outra visão destes povos, uma visão que fuja ao eurocentrismo ainda tão presentes nos livros didáticos e na vivência da população. Possibilitar este outro olhar desses povos que não são seres distantes da nossa realidade, que não devem ser esquecidos ou silenciados.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I Seminário Nacional Currículo em Movimento: Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2010.

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)** - introdução ao estudo da escravidão. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás. GOIÂNIA, 1998.

PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

RAVAGNANI, Oswaldo M. Aldeamentos goianos em 1750 - os jesuítas e a mineração. **Revista de Antropologia**, Vol. 30/32 (1987/88/89), pp. 111-132.

VAINFAS, Ronaldo. **Heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. Companhia das letras: Rio de Janeiro, 1995

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade**. *Série Antropologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 2 a 32.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>>, acesso em 22 de fevereiro de 2016.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 – 1555.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Desnível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D1775.htm>, acesso em 16 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>, acesso em 16 de fevereiro de 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KARASCH, M. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. R.; GOMES, F. S. (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 240-262.

PALACÍN, Luís. **1722-1822 – Goiás**: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas. 1972. Tese de Livre-Docência. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, 1972.

SILVA, Martiniano. José da. **Sombra dos Quilombos**. Goiânia-GO: Cultura Goiana, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**- A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 2ª edição.

SANTOS, Ana Lúcia Lourenço dos. O ensino de Geografia da África: notas sobre a produção de dois geógrafos brasileiros. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. Disponível em <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/1/18.pdf>>, acesso em 13 de janeiro de 2016.

GOIÁS. **Currículo Referência de Rede Estadual de Educação**. Secretaria Estadual de Educação, 2012.

JESUS, Fernando Santos de. O “negro” no livro didático de história do ensino médio e a lei 10.639/03. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou ? por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011.

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO NO ENSINO BÁSICO DE GOIÁS A PARTIR DAS LEIS 10639/2003 E 11645/2006

Ana Lúcia Lourenço dos Santos

Ana Lúcia Lourenço dos Santos – Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Colaboradora do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG). Professora da Rede Estadual de Educação e do Cursinho Pre-Vestibular popular FazArte- Militância Pelo direito à educação.

Recebido para publicação em 10 de janeiro de 2017.

Aceito para publicação em 09 de março de 2017.

Publicado em 19 de abril de 2017.

DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n9p119>